

ANEXO IV - NORMAS GERAIS DE APRESENTAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

I – PRESTAÇÃO DE CONTAS MENSAL

A) DOS PROCESSOS DE SELEÇÃO DA ENTIDADE:

As Organizações Sociais que forem contratadas como Parceiras Públicas do Município de Saquarema deverão apresentar seus Processos de Seleção com empresas terceirizadas de maneira completa, sob pena de retenção dos valores pagos nos processos de pagamento referentes ao (s) procedimento (s) que vier (em) a estar incompleto (s) até a efetiva regularização, contendo, impreterivelmente:

- Habilitação para o procedimento;
- Qualificação técnica e jurídica;
- Qualificação econômico-financeira;
- Regularidade Fiscal e Trabalhista;
- Aspectos Formais de regulação legal dos Contratos;
- Aspectos Formais de Legalidade e Moralidade;
- Aspectos Formais de Economicidade;
- Peças referentes a todas as fases do procedimento, em sua devida ordem cronológica e atestadas as suas autenticidades por preposto da Entidade.

O procedimento de contratação deve trazer Ato Convocatório contendo exigência de toda a documentação das participantes do certame, na forma abaixo:

1. Quanto à Capacidade Jurídica, deve constar:

- Registro Comercial (no caso de Empresa Individual), Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social (devidamente registrados) – Sociedades Comerciais, e, a seu turno, no caso de Sociedades por Ações, apresentar também os documentos de eleição dos seus administradores;
- Quando de Ato Constitutivo, no caso de Sociedade Civil, este deverá acompanhar a regular inscrição, com prova da composição da Diretoria em exercício;
- Decreto de Autorização, quando se tratar de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no Brasil, bem como o ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido por órgão competente, nos casos em que a atividade exercida exigir;

2. Quanto à Capacidade Fiscal, deve constar:

- Comprovação de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- Comprovação de inscrição no Cadastro de Contribuições Estadual ou Municipal,

se houver, consoante necessidade do caso, referente ao domicílio ou sede do participante do certame, pertinente à atividade contratada, que deve ser compatível com o objeto licitado;

- Comprovação de regularidade perante a Fazenda Federal, por meio da apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, juntamente com a Secretaria da Receita Federal, que abranja as Contribuições Sociais previstas nas alíneas “a” a “d” do Parágrafo Único do Art. 11 da Lei 8.212/91, comprovando a inexistência de débitos, estejam ou não inscritos em Dívida Ativa da União, ou outra afim, sendo aceitas, de igual maneira, as Certidões Positivas com Efeito de Negativas, na forma da legislação vigente;
- Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, por meio da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Estaduais (ICMS), expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda ou Distrito Federal, bem como da Certidão de Dívida Ativa Estadual, que comprove a inexistência de débitos inscritos, expedida pela Procuradoria Geral do Estado, ou qualquer documento afim, sendo aceitas, de igual maneira, as Certidões Positivas com Efeito de Negativas, na forma da legislação vigente;
- Comprovativo de Regularidade para com a Fazenda Municipal, consoante apresentação da Certidão de Regularidade de Tributos Municipais (ISS), expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda, bem como da Certidão da Dívida Ativa Municipal, para comprovar a inexistência de débitos inscritos, ou qualquer documento afim, sendo aceitas, de igual maneira, as Certidões Positivas com Efeito de Negativas, na forma da legislação vigente;
- Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, face a apresentação de Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), ou qualquer documento afim;
- Prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou da Positiva com Efeito de Negativa, quando verificada a existência de débitos garantidos por penhora suficiente, ante o descrito no Art. 642-A, § 2º, Título VII-A, da CLT.

3. Quanto à Capacidade Fiscal, a seu turno, deve constar:

- Licença de Funcionamento Sanitário Vigente, compatível com o objeto contratual, expedido pela Vigilância Sanitária Municipal, Estadual ou Federal, na forma da lei;
- Autorização de Agência Nacional de Regulação em relação ao objeto contratual ou, quando for o caso, documentação de habilitação referente ao órgão de classe a que está inserida a terceirizada ou seu responsável técnico;
- Documentos referentes, quando for o caso, à capacidade técnica específica, quando o Regulamento de Compras e Contratações da Entidade fornecer meio diverso da obrigatoriedade de procedimento de contratação, por meio de Curriculum Vitae completo, bem como diplomação competente e quaisquer documentos afins, na forma da lei;

OBSERVAÇÃO: A título de ciência para a Comissão de Avaliação e Fiscalização, as Organizações Sociais deverão apresentar também os Procedimentos de Seleção referentes aos contratos de Rateio, quando houver, ou seus Contratos devidamente assinados, bem como seus completos e respectivos processos de pagamento, em título separado dos referentes a custeio.

B - DOS PROCESSOS DE PAGAMENTO PARA AS TERCEIRIZADAS:

Neste quesito, deverão ser apresentados os Processos de Pagamento de maneira completa, com todas as peças pertinentes, considerando a legislação vigente, sob pena de retenção dos valores pagos no (s) processo (s) que vier (em) a estar incompleto (s) até a efetiva regularização.

Para tanto, deverão os processos de pagamento estarem munidos de:

1. Nota fiscal competente, com, ao menos, dois atestos (também aceitos à folha de capa do referido processo de pagamento, como um todo, desde que explicado em nota própria);
2. Relatório completo da atividade exercida, acompanhando e instruindo o valor cobrado à Nota Fiscal, contendo, inclusive, folha de ponto, quando envolver pessoal contratado para exercer o objeto;
3. Para que uma Nota fiscal possa ser efetivamente paga, no referido Processo de Pagamento, deverá a Entidade apresentar à Comissão de Avaliação e Fiscalização (e disto subentende-se que a documentação fora cobrada da terceirizada pela Entidade) as seguintes certidões:
 - Regularidade Fiscal e de Dívida Ativa*;
 - União;
 - Estadual;
 - Municipal;

*Caso haja alguma Certidão que não explicita, em seu corpo de texto, que a mesma também versa sobre Inscrição em Dívida Ativa, deverá a Entidade, sabedora desta informação, apresentar nota explicativa sobre o fato, dentro de cada Processo de Pagamento.

Deverá a Entidade, de igual maneira, apresentar os processos de pagamento referentes aos Contratos em Rateio de Sede, para ciência da Secretaria Municipal de Saúde.

C - DOS CONTRATOS DE PESSOAL:

Como determina a legislação aplicável, os Contratos de RH de Pessoal deverão ser encaminhados juntamente com a Prestação de Contas do período competente ao da sua assinatura, e estes deverão, de igual maneira, seguir os padrões e limites estabelecidos por lei.

D - DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS CONTÁBEIS:

Neste ponto, a seu turno, as Prestações de Contas Mensais deverão conter:

1. Documentação completa referente aos pagamentos efetivados devendo conter: Nota Técnica, relatório de serviços prestados, Documento a ser pago, comprovante bancário referente ao pagamento, informando se foram pagos das contas de custeio e contas de rateio;
2. Demonstrativo de Contas (Custeio, Provisão) em imediato, para o recebimento de devidos valores das parcelas, para que ambas as contas sejam abertas simultaneamente;

3. Conta de Investimento devendo ser aberta ante o recebimento do valor correspondente;
4. Extratos bancários mensais das contas abertas: de Custeio, Provisão e Investimento, seguidos, de igual maneira, dos extratos analíticos das Aplicações;
5. Extrato bancário da conta de rateio;

A fim de prestar contas, no que tange aos aspectos contábeis, insta destacar que a entidade deverá criar um Plano de Contas, específico às suas finalidades e em perfeita consonância com seu Estatuto Social, observando-se as disposições constantes da ITG 2002, que possui o objetivo de estabelecer procedimentos e critérios específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas pelas Entidades sem fins lucrativos.

As receitas e despesas devem ser reconhecidas, respeitando-se o princípio da competência em que determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento, ou seja, deve haver simultaneidade da confrontação de receitas e despesas correlatas.

Ainda, os registros contábeis devem evidenciar as contas de receitas e despesas, com e sem gratuidade, como superávit ou déficit, de forma segregada indicando por tipo de atividade, visando dinamizar o trabalho dos analistas das demonstrações contábeis.

Desta feita, é extremamente importante que se compreenda todos os requisitos obrigatórios quando da elaboração dos documentos contábeis, quais sejam: Demonstração do Resultado do Exercício – DRE; Demonstração dos Fluxos de Caixa; Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido; Balanço Patrimonial e; Notas Explicativas.

E - DAS AÇÕES DE EXECUÇÃO DO CONTRATO:

Os relatórios pertinentes à execução deste contrato de gestão, devem conter comparativo específico das metas propostas em Edital com os resultados alcançados, acompanhados no mínimo das seguintes informações:

1. Relatório de cumprimento de metas;
2. Relatório referente aos indicadores qualitativos e quantitativos de desempenho e qualidade estabelecidos pela unidade;
3. Censo de origem dos usuários atendidos;
4. Pesquisa de satisfação de usuários e acompanhantes;
5. Relatório de treinamentos do núcleo de educação continuada e permanente, detalhado e com suas respectivas fotos;
6. Relatório dos atendimentos realizados, devidamente segmentados por natureza.

II - PRESTAÇÃO DE CONTAS TRIMESTRAL

A) DA APRESENTAÇÃO DAS CERTIDÕES:

Neste ponto, as Entidades deverão portar todas as Certidões necessárias para provarem-se aptas ao pagamento da parcela mensal subsequente, apresentando:

- Regularidade Fiscal e de Dívida Ativa*;
- União;
- Estadual;
- Municipal;
- Certidão das Justiças Estadual e Federal, sobre as Ações em que figure como ré e, no caso de haver alguma decisão judicial (irrecorrível) desfavorável, informar, inclusive o valor da condenação**;

*Caso haja alguma Certidão que não explicita, em seu corpo de texto, que a mesma também versa sobre Inscrição em Dívida Ativa, deverá a Entidade, sabedora desta informação, apresentar nota explicativa sobre o fato, dentro de cada Processo de Pagamento.

**Quando não houver ações, trazer nota explicativa dentro do Relatório Analítico Consolidado de Prestação de Contas.

B - DAS AÇÕES DE EXECUÇÃO DO CONTRATO:

- Relatório detalhado da qualificação e o estado de conservação dos bens constantes e termo de permissão de uso;
- Atos de constituição comissões obrigatórios com seus respectivos relatórios e atas de reunião;
- Estatísticas de óbitos;
- Protocolos operacionais padrão (POP) implantados em todos os setores;
- Relatório dos serviços oferecidos e dos profissionais de saúde responsáveis pelo atendimento dos usuários, devidamente habilitados dos conselhos profissionais do Estado Rio de Janeiro;
- Relatório de produção análise e divulgação da interface do sistema implantado, implantar Plano de Gestão da Informação;
- Relatório demonstrando a interação com a Rede Pública de atenção à saúde e com os complexos reguladores, estadual e municipal, especificando as remoções e transferências de pacientes, via Central Estadual de Regulação;
- Estatísticas trimestrais dos atendimentos;
- Relatórios produzidos pela Ouvidoria.

III- DAS PLANILHAS A SEREM ALIMENTADAS MENSAL E TRIMESTRALMENTE

Para se otimizar a apresentação dos dados inerentes às prestações de contas, faz-se necessária a oficialização de um recurso que já vem sendo utilizado, as planilhas de dados, que serão disponibilizadas pela Comissão de Fiscalização em momento oportuno.